

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

ANEXO IV.A - DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	4
3. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	6
4. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS E DAS INTERVENÇÕES.....	8
5. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO.....	10
6. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).....	11
7. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO.....	13
8. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS.....	13
9. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	14
10. AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)	16
11. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS.....	18
12. MANIFESTAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS.....	21
13. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL.....	22

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Este ANEXO tem por objetivo apresentar as diretrizes de licenciamento ambiental para o TIC Eixo Norte, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.2. As diretrizes de licenciamento incluem a identificação dos órgãos envolvidos e as estratégias para viabilizar os serviços previstos (Trem Intermetropolitano (TIM), Linha 7 – Rubi e Serviço Expresso).
- 1.3. Este anexo apresenta, mas não esgota, as diretrizes e ações necessárias aos processos de licenciamento ambiental e de obtenção de autorizações ou anuências complementares, devendo a CONCESSIONÁRIA considerar a legislação ambiental vigente e exigências dos órgãos envolvidos.
- 1.4. Para fins deste ANEXO, os termos abaixo definidos terão o seguinte significado:

AID	Área de Influência Direta.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APP	Área de Preservação Permanente.
ASV	Autorização para Supressão de Vegetação.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente.
DeFau	Departamento de Fauna Silvestre.
EAS	Estudo Ambiental Simplificado.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança.
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LI	Licença de Instalação.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

LO	Licença de Operação.
LP	Licença Prévia.
PBA	Projeto Básico Ambiental
RAP	Relatório Ambiental Preliminar.
SIMA	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.
TCE	Termo de Compromisso do Empreendedor.
TRE	Termo de Referência Específico.
UC	Unidades de Conservação.

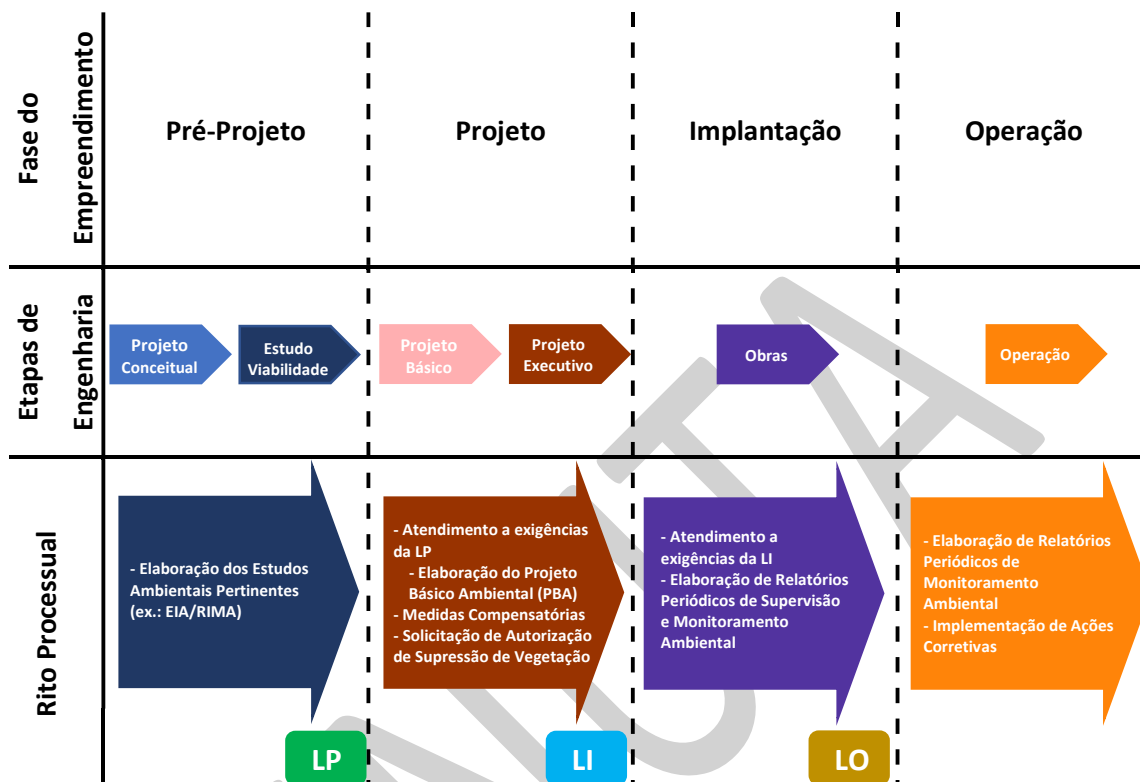
- 1.5. Os demais termos definidos constantes deste ANEXO terão o significado a eles atribuído no CONTRATO.

2. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 2.1. O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. O processo de licenciamento ambiental compreende, genericamente, três fases distintas, quais sejam: LP, LI e LO, como estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997. De maneira a ilustrar o funcionamento geral do processo de licenciamento ambiental, na Figura 1, a seguir, é apresentado o fluxo genérico de um processo e as atividades associadas.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

Figura 1 - Fluxograma do processo de Licenciamento Ambiental



2.3. Além da obtenção da LP, da LI e da LO, de acordo com as especificidades do empreendimento, um processo de licenciamento ambiental pode demandar a necessidade de consultas prévias, manifestações técnicas, autorizações ou anuências complementares dos demais órgãos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme listado a seguir:

- (i) licenças e autorizações para áreas de apoio às obras (canteiros, instalações industriais provisórias, áreas de disposição de materiais excedentes, empréstimos e outras);
- (ii) ASV e autorização para intervenção em APP;
- (iii) outorga para uso e/ou interferências em Recursos Hídricos;

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- (iv) autorização para interferência em UC ou em suas zonas de amortecimento, e outras áreas protegidas;
- (v) autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- (vi) autorização para intervenção em Bens Tombados e áreas envoltórias;
- (vii) alvará para intervenção em Área de Proteção de Mananciais; e
- (viii) manifestações de Prefeituras Municipais.

3. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 3.1. A Resolução CONAMA nº 237/1997 e adicionalmente a Lei Complementar nº 140/2011 determinam que o licenciamento ambiental pode ser processado na esfera federal, estadual ou municipal, a depender principalmente do porte do empreendimento e da abrangência geográfica da sua área de influência.
- 3.2. No Estado de São Paulo, o Sistema Ambiental Paulista é responsável pela gestão ambiental no território do estado de São Paulo. Esse sistema tem a SIMA como órgão central (Decreto nº 64.059/2019), bem como é composto por coordenadorias, institutos, fundações e outros órgãos vinculados.
- 3.3. A SIMA é responsável por analisar e acompanhar as políticas públicas setoriais, bem como articular e coordenar os planos e ações relacionados à área ambiental. Além disso, é responsável por executar as atividades relacionadas à fiscalização ambiental, e promover ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais. Por essa razão, grande parte das legislações que regem o licenciamento foi elaborada por essa Secretaria.
- 3.4. O órgão vinculado à SIMA e que é responsável pelo controle, fiscalização,

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

monitoramento e licenciamento ambiental é a CETESB.

- 3.5. No caso do TIC Eixo Norte, o licenciamento ambiental para melhoria e ajustes da Linha 7 – Rubi e instalação dos demais serviços previstos (Trem Intermetropolitano - TIM e Serviço Expresso), deverá ser conduzido no âmbito estadual, junto à CETESB.
- 3.6. Ressalta-se que, ao longo da faixa de domínio que receberá as obras de intervenção para instalação do TIC Eixo Norte, há sistemas ferroviários já existentes, onde atualmente ocorre a operação ferroviária compartilhada de transporte de cargas (concessão federal) e de passageiros (concessão estadual). Assim, a implantação do TIC Eixo Norte será indissociável dos projetos de segregação do transporte de cargas e de passageiros (Segregação Noroeste, da Rumo S/A) e todas essas intervenções precisam ser parte de um único objeto de licenciamento ambiental.
- 3.7. Sendo regida por uma concessão federal, a operação do sistema de transporte de cargas teve seu licenciamento no âmbito federal e a licença de operação vigente para esse serviço foi emitida pelo IBAMA. Entretanto, para unificação do processo de licenciamento ambiental, foi definido, junto à CETESB, que as obras de segregação dos dois sistemas (cargas e passageiros) serão de competência estadual.
- 3.8. Nesse cenário de confirmação de viabilidade de um licenciamento ambiental estadual integrado das obras do transporte de passageiros e de remanejamento do transporte de carga deverá ser gestinado instrumento de convênio entre os órgãos licenciadores da esfera estadual CETESB) e esfera federal (IBAMA)
- 3.9. A legislação permite que a CETESB delegue o futuro licenciamento de intervenções que forem classificadas como de impacto local para a esfera municipal. De acordo com o CONSEMA, dentre os municípios atravessados pelos sistemas, São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas estariam aptos para realizar o licenciamento ambiental.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- 3.10. De qualquer forma, a competência para licenciamento ambiental das obras principais do TIC Eixo Norte é estadual.

4. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS E DAS INTERVENÇÕES

4.1. Licenças Ambientais:

- 4.1.1. O licenciamento ambiental do TIC Eixo Norte deverá ser conduzido na esfera estadual, de acordo com o rito e os procedimentos para o licenciamento ambiental com Avaliação de Impacto praticados pela CETESB (órgão competente para o licenciamento), previstos na Resolução SMA Nº 49/2014 e na Decisão de Diretoria da CETESB Nº 153/I/2014.

- 4.1.2. Conforme disposto no artigo 1º da Decisão de Diretoria nº 153/I/2014, a avaliação da viabilidade ambiental de um empreendimento deverá ser realizada com subsídio de estudos ambientais, a serem definidos em função do potencial de degradação dos impactos esperados, conforme segue:

- (i) para empreendimentos, obras e atividades considerados de baixo potencial de degradação ambiental, o licenciamento ambiental deverá ser instruído com EAS;
- (ii) para empreendimentos, obras e atividades considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente o licenciamento ambiental será instruído com RAP; e
- (iii) para empreendimentos, obras e atividades considerados como potencialmente causadores de significativa degradação ambiental o Artigo 5º. da Resolução SMA 49/2014 determina que a solicitação de LP deverá ser instruída por Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

- 4.1.3. Dessa forma, tendo em vista que se trata de um empreendimento de grande porte que

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

ultrapassará os limites da faixa de domínio em alguns pontos (potencialmente implicando em significativos impactos ambientais e sociais a ser avaliados e mitigados), e considerando as diretrizes indicadas pela CETESB frente à consulta sobre os trâmites de licenciamento aplicáveis ao TIC Eixo Norte e à segregação do sistema de carga (Apenso xxx), a CONCESSIONÁRIA deverá seguir as diretrizes listadas a seguir para obtenção das licenças ambientais:

- 4.1.4. Para a Fase de LP, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar o arranjo institucional necessário para permitir o compartilhamento de responsabilidades dos agentes intervenientes, tanto Secretaria de Transportes Metropolitanos e futura CONCESSIONÁRIA, como a MRS e RUMO, no licenciamento ambiental prévio e de instalação.
- 4.1.5. Realização, em conjunto com a equipe da RUMO e da MRS, de uma avaliação de viabilidade ambiental unificada através da elaboração de um EIA/RIMA a ser avaliado a nível estadual para todas as intervenções de serviços ferroviários no Eixo Norte, englobando tanto as ações para segregação dos serviços de carga como as dos serviços de passageiros.
- 4.1.6. A Concessionária deverá apresentar à CETESB um Plano de Trabalho detalhado para a execução do EIA/RIMA, que embasará o Termo de Referência específico para o Projeto do TIC - Eixo Norte e para o projeto de Segregação Noroeste. O Plano de Trabalho deverá considerar na avaliação de impactos socioambientais e na elaboração de medidas de mitigação e compensação as diretrizes e compromissos contratuais constante dos Anexos IV (Meio Ambiente) do Edital.
- 4.1.7. Nos casos ordinários de licenciamento, após a apresentação dos estudos ambientais determinados pelo órgão ambiental (neste caso EIA/RIMA), o órgão analisará os mesmos e, após as complementações necessárias (se houver), emitirá a LP.
- 4.1.8. De posse dessa licença, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

da LP, que incluirá, dentre outros produtos, o detalhamento dos Programas Ambientais (PBA) para a fase de construção, para mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados nos estudos elaborados na fase de LP, para fins de obtenção da LI.

- 4.1.9. Para a Fase de LI, a CONCESSIONÁRIA deverá atender ao arranjo institucional necessário para a compartimentação das obras e das Licenças de Instalação em trechos específicos, tendo a titularidade individualizada ou conjunta (dois interessados) de acordo com os acordos firmados com a CETESB.
- 4.1.10. Durante a realização das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá assumir a implementação dos Programas Ambientais nos trechos sob sua responsabilidade, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção.
- 4.1.11. A independização dos processos de licenciamento segundo os diferentes concessionários de transporte de passageiros ou cargas se dará somente na fase de Licença de Operação (LO), quando cada concessionária operando no trecho deverá ter a sua própria LO com a correspondente atribuição de responsabilidades. Salienta-se, entretanto, que mesmo na fase de LO deverão continuar a existir responsabilidades compartilhadas ou assumidas solidariamente.
- 4.1.12. Para obtenção da LO, ou retificação da LO existente, a futura CONCESSIONÁRIA deverá elaborar requerimento demonstrando comprovação do atendimento às exigências estabelecidas na LI e nas demais autorizações obtidas (ASV, Autorização para Manejo de Fauna etc.), nos casos dos EMPREENDIMENTOS a seu cargo.

5. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO

- 5.1. Para a execução do TIC Eixo Norte será necessária a utilização de áreas de apoio, que poderão incluir: canteiros de obras, áreas de empréstimo, depósitos de material excedente (bota-foras), entre outros legalmente estabelecidos.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- 5.2. Usualmente, as empresas construtoras optam pela operacionalização dessas áreas de apoio dentro dos limites da área do EMPREENDIMENTO.
- 5.3. Contudo, quando da impossibilidade de aproveitamento dentro dos limites da área do EMPREENDIMENTO, torna-se necessária a busca por áreas adicionais, o que demanda, consequentemente, a necessidade de conduzir processos complementares de licenciamento ambiental junto à CETESB e junto às prefeituras para obtenção de alvará de autorização para canteiro de obras, além de anuências do DAEE.

6. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

- 6.1. As legislações federal e estadual preveem a necessidade de autorização do órgão ambiental competente nos casos de supressão de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006, artigo 14, §1º e art. 25). A intervenção em APP é permitida em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto, conforme preconiza o art. 8º da Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), e depende de autorização do órgão ambiental competente, conforme disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução CONAMA nº 369/2006.
- 6.2. No âmbito estadual, o corte de árvores nativas isoladas também necessita da autorização da CETESB, conforme determina o artigo 1º da Decisão de Diretoria Nº 287/2013/V/C/I. A CETESB estabelece como documentação necessária para a abertura da solicitação¹, além dos documentos relativos à propriedade, os seguintes:

- (i) Planta Planialtimétrica em escala compatível contendo a demarcação da(s) área(s) objeto de supressão da vegetação nativa, a demarcação das árvores nativas isoladas indicadas para supressão, das espécies vegetais especialmente

¹ A relação de documentos necessários está disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/autorizacao-intervencao-app.pdf>

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

protegidas, das áreas especialmente protegidas (APP, Reserva Legal, Área Verde etc.), das áreas objeto de compensação/recuperação, contendo legenda que as diferenciem e compatível com o Laudo de Caracterização da Vegetação, assim como a demarcação dos corpos d'água, caminhos, estradas, edificações existentes e a construir, confrontantes, coordenadas geográficas ou UTM e indicação do DATUM horizontal;

- (ii) Laudo de Vegetação, contendo identificação dos estágios de desenvolvimento da vegetação nativa, identificação das árvores isoladas, medidas compensatórias para realização da obra e fotografias atuais;
- (iii) ART do profissional habilitado;
- (iv) Laudo de Fauna, conforme Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, a qual estabelece *“Procedimento para a Elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para Fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para Supressão de Vegetação Nativa”*, e dá outras providências. De acordo com o artigo 2º da Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, os estudos da fauna silvestre nativa para fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para supressão de vegetação nativa serão solicitados nas seguintes condições:
 - (a) em áreas urbanas – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:
 - em vegetação primária e secundária em estágio médio ou avançado de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 0,2 ha;
 - em vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha e estiver localizada contígua a APP ou conectada com Fragmentos Florestais de vegetação

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

nativa. Entende-se por área contígua quando não houver barreira física tais como edificações e arruamento.

(b) em áreas rurais – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:

- quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha, independente do estágio sucessional.

7. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

7.1. Caso seja necessário realizar levantamento da fauna silvestre *in situ*, em função da necessidade de coletar, apanhar, capturar ou manipular espécies de fauna silvestre nativa durante os levantamentos, deverá ser obtida a Autorização de Manejo *in situ* pelo DeFau, conforme previsto na Resolução SMA nº 92/2014 e Resolução SMA nº 36/2018.

7.2. Vale destacar também que, caso seja identificada a necessidade de suprimir vegetação para implantação do TIC Eixo Norte, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar nova autorização do DeFau referente aos trechos sob sua responsabilidade, destinada ao controle das atividades de afugentamento, resgate e soltura de fauna, a serem executadas durante as atividades de supressão de vegetação, considerando o item 6.2, (iv).

8. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS

8.1. De acordo com o artigo 12 da Portaria DAEE nº 1.630/2017, a execução de obras ou serviços que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos depende de outorga. Essas autorizações terão prazo de validade específico, a ser definido pelo órgão em questão.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- 8.2. Conforme o artigo 14 da Portaria mencionada acima, todo empreendimento deve ser precedido de requerimento com informações preliminares sobre os usos e as interferências em recursos hídricos, a ser apresentado pelo responsável legal na respectiva diretoria da bacia hidrográfica. A Diretoria da Bacia Hidrográfica onde se dará a implantação do empreendimento fará a apreciação do requerimento e das informações e emitirá uma declaração ao interessado sobre a viabilidade da concepção dos usos e das interferências do empreendimento. Empreendimentos já instalados não dependem dessa declaração, cabendo apenas a regularização dos usos existentes.
- 8.3. A CONCESSIONÁRIA deverá atender aos procedimentos previstos nas instruções técnicas da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização – DPO. Ressalta-se que os procedimentos estão integrados ao processo de licenciamento ambiental, conforme prevê a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/2005.

9. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- 9.1. Conforme estabelecido na Resolução SMA nº 85, de 23/10/2012, nos processos de licenciamento em que possa ocorrer afetação direta em UC ou na sua zona de amortecimento, a autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, deverá seguir as disposições da Resolução CONAMA nº 428/2010 e da Resolução SMA nº 85/2012.
- 9.2. De acordo com os mapas estabelecidos no Estudo de Viabilidade Ambiental e Social elaborado pela JGP Consultoria, nenhuma zona de amortecimento é interceptada. A única unidade de conservação interceptada pelo empreendimento é a APA Jundiá (interceptada por 16,6km), portanto, deve ser solicitada a anuência do seu órgão gestor (Fundação Florestal de São Paulo) sobre o empreendimento.

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

10. AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)

- 10.1. Conforme previsto na Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, que revogou a Portaria IPHAN nº 230/2002, este Instituto deverá ser acionado para se manifestar nos processos de licenciamento ambiental quanto à viabilidade do empreendimento cuja AID intervir em bens culturais acautelados (bens tombados, arqueológicos, registrados e valorados).
- 10.2. Dessa forma, quando do início do processo de licenciamento ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá consultar o IPHAN, por meio do preenchimento da FCA ou documento equivalente, e apresentação de documentos técnicos necessários conforme instrução normativa IPHAN nº 001/2015 e demais exigências e procedimentos estabelecidos pelo órgão.
- 10.3. O empreendimento será enquadrado em Níveis de acordo com o previsto nos anexos I e II da referida instrução normativa, conforme sua tipologia e características, por meio de indicação na FCA e posterior manifestação conclusiva do IPHAN que orientará os procedimentos seguintes.
- 10.4. O TIC Eixo Norte, a priori, poderá ser classificado como Nível I, Nível II ou NA (não se aplica).
- 10.5. Para empreendimentos classificados como “Não se aplica – NA”, a priori, o IPHAN não exigirá a aplicação desta Instrução Normativa, sem prejuízo da incidência da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.
- 10.6. O Nível I corresponde a empreendimentos de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizados em áreas alteradas, não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados, e o Nível II considera que as atividades construtivas serão de baixa e média interferência sobre as condições vigentes do solo e cujas

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

características e dimensões são compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo.

10.7. Para o Nível I, o procedimento exigido é somente a apresentação de TCE, conforme artigo 15 da Instrução Normativa nº 001/2015.

10.8. Já para o Nível II, as etapas exigidas estão listadas a seguir:

10.8.1. Fase de Obtenção da LP:

- (iv) preenchimento da FCA e do TCE;
- (v) atendimento aos estudos necessários ao Licenciamento definidos em TRE emitido pelo IPHAN;
- (vi) apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se o TRE exigir); e
- (vii) apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
 - O IPHAN analisará os Relatórios de Impacto aplicáveis e encaminhará manifestação conclusiva para o órgão ambiental responsável (CETESB) favorável (ou não) à emissão da LP, sendo que esta LP poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

10.8.2. Fase de Obtenção da LI:

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- (i) apresentação do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
- (ii) apresentação do Pedido de Autorização de Acompanhamento Arqueológico.
 - O IPHAN analisará o Programa e o Pedido de Autorização e emitirá a Autorização de Acompanhamento Arqueológico. Além disso, encaminhará manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LI, sendo que esta poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

10.8.3. Fase de Obtenção da LO:

- (i) apresentação do Relatório de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
- (ii) apresentação do Relatório de Acompanhamento Arqueológico.
 - Mais uma vez, o IPHAN analisará os relatórios que foram elaborados durante a fase de obras e encaminhará, posteriormente, a manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LO, encerrando o processo de licenciamento.

11. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS

- 11.1. Ao longo do traçado do TIC Eixo Norte, foram identificadas 10 estações ferroviárias com tombamento pelo CONDEPHAAT, conforme indicado na tabela a seguir:

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

Bens Tombados	Município	Localização	Processos do Tombamento
Estação Ferroviária De Jaraguá	São Paulo -SP	Avenida Doutor Felipe Pinel, Rua João Aires e Estrada de Taipas, s/ nº	Processo: 60308/09 Resolução de Tombamento: 75 de 19/08/2011 – Apenso 10 Livro do Tombo histórico: nº 382, p.111, 07/11/2011 Diário Oficial: 31/08/11, pg. 50.
Estação Ferroviária De Perus	São Paulo -SP	Avenida Doutor Sílvio de Campos, Rua Sales Gomes, Rua Bernardo José de Lorena, Travessa Cambaratiba, Rua Joaquim Antônio Arruda, s/ nº - Perus	Processo: 60307/09 Resolução de Tombamento: Resolução 88 de 18/10/2011– Apenso 11 Livro do Tombo histórico: nº 388, p. 112, 11/10/2012 Diário Oficial: 08/11/2011 p.46
Estação Ferroviária de Caieiras	Caieiras - SP	Rodovia Presidente Tancredo de Almeida Neves (SP-332), Rua Júlio Cardoso, Praça da Emancipação Prefeito Gino Dartora, s/ nº	Processo: 60306/09 Resolução de Tombamento: 87 de 18/10/2011– Apenso 12 Livro do Tombo histórico: nº 387, p. 112, 11/10/2012 Diário Oficial: 08/11/11, pgs. 45 e 46
Estação Ferroviária de Franco da Rocha	Franco da Rocha - SP	Rua Azevedo Soares, Avenida Ângelo Sestini, Avenida Sete de Setembro, s/ nº	Processo: 60305/09 Resolução de Tombamento: SC 74 de 19/08/2011– Apenso 13 Livro do Tombo histórico: nº 381, p.111, 07/11/2011 Diário Oficial: 31/08/11, pgs. 49 e 50
Estação Ferroviária de Louveira, Subestação Francisco	Louveira - SP	Avenida 21 de Março (também conhecida como Estrada das Rainhas), Av. Tiradentes, Rua José do Patrocínio, Rua Hermes da	Processo: 61063/10 Resolução de Tombamento: 41 de 16/07/2012– Apenso 14 Livro do Tombo histórico: nº 391, p. 113, 17/10/2012

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

Bens Tombados	Município	Localização	Processos do Tombamento
Monlevade e Casas dos Engenheiros		Fonseca, Rua Armando Steck (ou Rodovia Vereador Geraldo Dias (SP-332), Rua Antonio Niero (antiga Rua 1), e Av. José Niero, s/ nº	Diário Oficial: 14/08/12, pgs. 33 e 34
Estação Ferroviária de Vinhedo	Vinhedo - SP	Rua João Gasparini, Rua Augusto Bombonati, Rua Tabuleirinhos, Avenida Dois de Abril e Rua Monteiro de Barros, s/ nº	Processo: 61056/10 Resolução de Tombamento: 40 de 16/07/2012– Apenso 15 Livro do Tombo histórico: nº 390, p. 113, 11/10/2012 Diário Oficial: 14/08/12, pgs. 32 a 33
Estação Ferroviária de Valinhos	Valinhos - SP	Avenida dos Imigrantes	Processo: 61057/10 Resolução de Tombamento: 98 de 23/10/2013– Apenso 16 Livro do Tombo histórico: nº 409, p.121 Diário Oficial: 07/11/13, pgs. 72 e 73
Estação Ferroviária Várzea Paulista	Várzea Paulista - SP	Avenida Pacaembu, Avenida Duque de Caxias, Rua Antonio Feres Sada e Rua Edgard de Azevedo Soares, s/ nº	Processo: 60304/09 Resolução de Tombamento: 86 de 18/10/2011– Apenso 17 Livro do Tombo histórico: nº 386, p. 112, 11/10/2012 Diário Oficial: 08/11/11, pg. 45
Estação Ferroviária de Jundiaí (SPR)	Jundiaí - SP	Av. União dos Ferroviários, s/ nº	Processo: 60142/09 Resolução de Tombamento: 53 de 13/06/2011– Apenso18 Livro do Tombo histórico: nº 380, p. 110 Diário Oficial: 22/06/11, pg. 32

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

Bens Tombados	Município	Localização	Processos do Tombamento
Estação Ferroviária de Campinas	Campinas - SP	Praça Marechal Floriano Peixoto, s/n	Processo: 20682/78 Resolução de Tombamento: 9 de 15/4/82– Apenso 19 Livro do Tombo histórico: nº 170, p. 39, 17/05/1982 Diário Oficial: 30/04/82, pg. 23

11.2. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito estadual será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao CONDEPHAAT, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, em razão das obras de reforma nas estações tombadas.

11.3. Para intervenções que estejam em área envoltória de bem tombado, a CONCESSIONÁRIA também deverá solicitar autorização do órgão responsável pelo tombamento, nas esferas federal, estadual e municipal.

11.4. Adicionalmente, considerando o dinamismo dos processos de tombamento, é importante que a CONCESSIONÁRIA realize consultas junto aos órgãos de preservação, nas esferas federal, estadual e municipal, para verificação de eventuais bens que tenham sido recentemente tombados.

12. MANIFESTAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

12.1. As Prefeituras dos municípios interceptados pelo TIC Eixo Norte (São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas), deverão ser consultadas pela CONCESSIONÁRIA no processo de licenciamento ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/1997, considerada na esfera estadual por meio da Resolução SMA nº 22/2009.

12.2. Dessa forma, ainda na fase de Licenciamento Ambiental Prévio, conforme previsto no

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

artigo 1º da Resolução SMA nº 22/2009, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CETESB Certidões de Uso e Ocupação do Solo emitidas pelas prefeituras, declarando que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.

- 12.3. Além disso, o artigo 5º da Resolução SMA nº 22/2009 citada, estabelece que o exame e manifestação técnica pelos órgãos municipais, relativo aos impactos ambientais do empreendimento (referido no parágrafo único do artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/1997), deverá obrigatoriamente anteceder os pareceres técnicos exarados pelo órgão licenciador na fase de LP, e quando couber nas fases de LI e LO.
- 12.4. Nos casos em que a Prefeitura Municipal não possuir corpo técnico capacitado para elaborar o exame técnico supracitado, deverá emitir documento declarando tal impossibilidade, consignando a data de sua emissão e vigência.
- 12.5. Em alguns municípios existe legislação municipal que prevê a apresentação de EIV/Relatório de Impacto de Vizinhança, conforme estabelecido em legislação específica, e dependendo da obra caberá ao município solicitar uma avaliação dos impactos de vizinhança locais.

13. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- 13.1. Outro aspecto importante relacionado ao licenciamento ambiental diz respeito às compensações ambientais exigidas pela legislação. Dessa forma, deve-se considerar 2 (dois) tipos de compensação, em decorrência dos impactos ambientais que não são passíveis de prevenção, controle e mitigação, os quais estão listados a seguir:

- (i) compensação relacionada a empreendimentos de significativo impacto ambiental, licenciados por meio de EIA/RIMA; e

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

- (ii) compensação relacionada à supressão de vegetação e interferência em APP e corte de árvores isoladas.
- 13.2. As obras previstas no CONTRATO da CONCESSÃO são, potencial ou efetivamente, causadoras de significativa degradação do meio ambiente, ou seja, serão licenciadas em processos instruídos por meio de EIA/RIMA. Nesses processos, a Lei Federal nº 9.985/2000 (artigo 36) estabelece mecanismo de compensação ambiental mediante apoio para implantação e/ou manutenção de UC do grupo de proteção integral. Regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, o mecanismo se baseia na definição do grau de impacto nos ecossistemas, podendo resultar em valores de compensação que variam de 0 a 0,5% do valor do investimento, excluindo-se valores referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento.
- 13.3. No Estado de São Paulo, conforme disposto na Resolução SMA 24/12, a Câmara de Compensação Ambiental, tem por objetivo analisar e propor a aplicação e o destino dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA.
- 13.4. No que tange à compensação pela supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas nativas e interferências em APP, os parâmetros para cálculo da estimativa do plantio compensatório das obras de melhoria devem considerar as diretrizes previstas na Resolução SMA nº 07/2017, a qual dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental em decorrência da supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e intervenção em áreas de preservação permanente no Bioma Mata Atlântica.
- 13.5. A Resolução SMA nº 07/2017 determina, em seu artigo 3º, que os parâmetros de compensação serão definidos conforme os critérios apresentados no mapa e na tabela das *“Áreas prioritárias para restauração da vegetação nativa”*. Com isso, a depender

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

do enquadramento de cada trecho de intervenção do empreendimento pretendido, o fator de compensação por supressão de vegetação e/ou intervenção em áreas de preservação permanente pode variar de 1,25 a 6 vezes a área autorizada. Já pelo corte de árvores nativas isoladas, o fator de compensação pode variar de 10:1 a 30:1, a depender do enquadramento das intervenções.

- 13.6. Para alguns dos municípios interceptados pelo TIC Eixo Norte, foi identificada legislação que estabelece os parâmetros e fatores que devem ser aplicados para a compensação, conforme apresentado nos itens a seguir. É importante que a CONCESSIONÁRIA realize oportunamente nova pesquisa de legislação municipal, para averiguar a existência de novas leis sobre o tema.
- 13.7. Caieiras - Lei Nº.5195/2019 - Dispõe sobre o corte, a poda e o replantio de árvores e demais essências vegetais no município, institui o programa permanente de arborização e educação ambiental denominado "vida + verde" e dá outras providencias. O Artigo 9º da Lei define os termos para a realização da compensação ambiental, que deve ocorrer mediante a lavratura de Termo de Compromisso de Compensação a ser firmado pelo interessado, para cada árvore cortada.
- 13.8. Várzea Paulista - LEI Nº 2.220/2014 - Dispõe sobre a poda e supressão de árvores, e dá outras providências. O Art. 8º indica as condições em que se fará a compensação ambiental pela supressão de vegetação.
- 13.9. São Paulo - Portaria SVMA Nº 61/11 - Publica Lista de Espécies Arbóreas Nativas do Município de São Paulo para Termos de Ajustamento de Conduta e Projetos de Recuperação Florestal, de Enriquecimento Florístico, paisagísticos, de Compensação Ambiental, entre outros que exijam plantio de espécies arbóreas nativas.
- 13.10. São Paulo - Portaria SVMA nº 130/13 - Disciplina critérios e procedimentos de compensação ambiental - manejo, por corte, transplante ou intervenção ao meio

PROCESSO STM Nº
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2021
PPP-TIC Eixo Norte

ambiente. Define as regras, critérios e procedimentos de compensação ambiental referente a supressão ou manejo de vegetação no município de São Paulo.

MINUTA